

Considerações finais: quem tem medo da verdade?

(...) e conhecereis a verdade, e a verdade vos livrará.
(João 8:32)

Nestas considerações finais, empreendemos muito menos um esforço de revisão e recapitulação do que de síntese. Procura-se, neste sentido, esboçar um panorama amplo que permitiria contextualizar sociologicamente as considerações desenvolvidas nos capítulos precedentes. Para tanto, mobilizamos principalmente dois autores, a saber, Zygmunt Bauman com *Medo líquido* (2008)¹ e Gilles Lipovetsky com *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo* (2007)². Tentamos argumentar através destas duas obras que, num mundo onde crescem os sentimentos de medo e incerteza, o discurso de SUPER poderia ser compreendido como uma espécie de “torre de marfim” de segurança oferecida a um consumidor que, na expressão não necessariamente crítica de Lipovetsky, sofreria de uma “febre do conforto”³. Finalmente, sugerimos algumas hipóteses investigativas que poderiam ser derivadas desta dissertação.

No decorrer deste trabalho, tentamos argumentar que os jovens das camadas médias urbanas brasileiras não seriam apenas e necessariamente indivíduos desprovidos de limites. Ao contrário, estes jovens parecem cultivar e zelar cada vez mais pelos seus próprios limites; é o que nos leva a crer, pelo menos, a análise dos trabalhos de outros pesquisadores aqui realizada. Além disso, e talvez possamos ver aí mais uma problematização da idéia de uma juventude sem parâmetros éticos bem delineados, a vida destas moças e destes rapazes vai se firmando como um valor para a sociedade mais ampla; ou seja, no caso extremo, a juventude acaba virando um referencial para todos. Analisando o consumo de

¹ BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

² LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³ Id., *ibid.*:11.

itens supostamente infantis⁴ por pessoas adultas, Lipovetsky afirma que

[s]e os velhos querem parecer jovens, os jovens adultos “recusam-se” a crescer: enquanto o mercado do “consumo regressivo” se desenvolve, a recusa de crescer começa cada vez mais cedo, os jovens adultos parecem querer viver no eterno prolongamento de sua infância ou de sua adolescência⁵.

No entanto, ainda conforme Lipovetsky, não se deveria depreender daí uma “regressão psicológica”⁶ ou uma “transformação ontológica completa”⁷. Tentamos desenvolver este ponto ao chamar a atenção para uma postura etnocêntrica teoricamente adotada tanto pelos jovens quanto pelos adultos. Argumentamos que a percepção de uma tensão entre as gerações talvez não seja devida apenas à intolerância dos adultos em relação às práticas inovadoras dos jovens, mas também destes em relação àqueles. Ainda que se diminuam simbolicamente as posições de poder na família e mesmo que cada um dos seus membros tenha uma autonomia individual cada vez mais ampliada, ainda assim haveria diferenças simbólicas inconciliáveis entre jovens e adultos, entre pais e filhos.

Desse modo, insinuamos que aquilo que o senso comum apreende como um incômodo e muitas vezes incompreensível atrito entre as gerações poderia ser interpretado teoricamente como etnocentrismo de parte a parte. Aí estariam os limites que “faltam” ao jovem. Ademais, buscamos mostrar que uma postura etnocêntrica das diferentes gerações não seria necessariamente nociva para as relações familiares, mas parte constituinte do universo de relações em que consiste uma família. Mesmo que o estilo de vida e as opções de consumo dos primeiros estejam sendo alçados a uma posição privilegiada dentro dos sistemas de representações das sociedades capitalistas contemporâneas – e especialmente das sociedades ocidentais –, continuaria havendo diferenças simbólicas entre as diversas faixas etárias que constituem estas coletividades, uma vez que “[p]or meio do consumo, jogamos com as diferenciações: não as abolimos”⁸. Enfim,

⁴ Alguns produtos citados por Gilles Lipovetsky: ursinhos, camisetas Barbie, patins, patinetes etc. (ibid.:71)

⁵ LIPOVETSKY, 2007:71.

⁶ Id., ibid.:73.

⁷ Id., ibid., loc. cit.

⁸ Id., ibid.:72.

[n]ão há mutação da espécie humana: postos de lado os casos extremos da síndrome de Peter Pan, trata-se apenas de redescobrir, em tempo parcial, sensações felizes experimentadas na infância, de recriar um universo de satisfação e de prazer, de não renunciar a nada, justapondo consumos tanto adultos quanto infantis⁹.

Em seguida, debruçamo-nos sobre um item de consumo que “superinteressa” a este jovem. Voltamo-nos assim para a análise das seis reportagens de capa do primeiro semestre de 2007 de SUPER. Num primeiro momento, dedicamo-nos à realização de uma etnografia individual para cada uma das reportagens, respeitando-lhes o assunto, o ritmo interno e, por isso, mobilizando teorias distintas para compreender antropologicamente o seu conteúdo. Tentamos, então, uma síntese através das categorias nativas “mistério” e “verdade”, que emergiram no decorrer dos primeiros esforços de interpretação individual. Esta síntese de caráter antropológico baseou-se numa comparação entre o discurso de “divulgação científica” e o discurso científico propriamente dito, ou melhor, um discurso científico específico, o da própria antropologia.

Ao tentar interpretar a maneira como SUPER divulga a ciência, buscamos ter acesso, ainda que de maneira indireta, a uma parte das representações que compõem a visão de mundo mais ampla destes jovens. Realizou-se, desse modo, uma espécie de análise metonímica, onde se tenta aprofundar a compreensão de um todo – a cultura jovem das camadas médias urbanas brasileiras – através da interpretação mais esmiuçada de uma de suas incontáveis partes – uma representação de ciência aí consumida.

Deparamos com um discurso que muitas vezes enveredaria por uma tônica mítica na qual se tende a apresentar um “mistério” sendo resolvido numa “verdade”, a narrativa da equação de um problema até a sua solução. Seria possível detectar um pendor de SUPER em adotar uma narrativa tendencialmente reducionista ao divulgar ciência: evolucionismo cultural, positivismo, materialismo, determinismo biológico, por exemplo, estariam presentes na narrativa destas reportagens. Este reducionismo orienta-se, ou melhor, tende-se a orientar no sentido de um “mistério” rumo a uma “verdade”, na apresentação de soluções para problemas. Como tentamos sugerir, esta dinâmica entre as categorias “mistério” e “verdade” fundamentaria a própria noção de ciência

⁹ Id., *ibid.*:73, grifo no original.

exposta nas reportagens da publicação. A ciência divulgada por SUPER não consistiria apenas num *o quê*, mas também num *como*, forma e conteúdo estando imbricados. É assim que classificamos o discurso de SUPER como tendencialmente mítico, uma vez que a exposição do argumento das reportagens tende à supressão de um mito – um “mistério” – através da criação de um outro – uma “verdade”.

A esta altura, então, teríamos um jovem teoricamente etnocêntrico consumindo um discurso tendencialmente mítico. Como compreender esta conjugação?

Talvez seja proveitoso recordar o que nos diz Renato Janine Ribeiro, já que, à primeira vista, a combinação entre juventude, etnocentrismo e mito pode soar um tanto deslocada para um tempo onde se valorizaria o jovem, entre outras coisas, pela liberdade de que desfruta e pelo que tem a oferecer de novo à sociedade. Como vimos com Ribeiro, a associação entre invenção e inovação, por um lado, e juventude, por outro, é um fenômeno com contornos históricos relativamente precisos, que teria se originado, ou pelos menos tonificado, com a Revolução Francesa. A partir daí até bem recentemente, a contestação teria consistido numa “das grandes vocações dos jovens”¹⁰. Contudo, ainda segundo o autor, desde a metade do século XX, o jovem se encontraria na mira de dois fogos, poderíamos dizer, dois modos de inserção e intervenção no mundo: a revolução, de uma parte, e, de outra, a integração. Ao que parece, esta última estaria acertando mais o seu alvo:

*(...) a energia [do jovem] não está necessariamente na dissidência, na divergência em face do que existe (como prega a vertente revolucionária, subversiva da juventude, hoje enfraquecida ante a outra vertente), mas numa integração ao modo como as coisas são*¹¹.

Dessa maneira, levando-se em conta o contexto contemporâneo mais geral, o possível interesse de jovens numa narrativa mítica não chegaria a ser de todo inverossímil. Cada vez mais um símbolo das liberdades possibilitadas pelas sociedades de consumo – ou hiperconsumo, como indica Lipovetsky¹² –, ele bem poderia optar pelo consumo de um tipo de literatura que pende para uma

¹⁰ RIBEIRO, *ibid.*:24.

¹¹ *Id.*, *ibid.*:26.

¹² Discutiremos a noção de “hiperconsumo” mais adiante.

interpretação totalizante da realidade. Ademais, basta recordar a noção de “desmapeamento” sugerida por Sêrvulo Figueira para que se compreenda melhor esta realidade: “a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito”¹³.

Assim, parece haver uma afinidade entre esta postura mais sóbria do jovem de hoje e o contexto mais abrangente no qual ele está imerso, onde, a partir do raciocínio de Ribeiro, seria possível detectar o predomínio de uma perplexidade e de um imobilismo frente ao que poderíamos chamar uma “sinuca de bico”. O impasse decorreria justamente da forma como esta situação é interpretada, ou seja, de maneira tanto trágica quanto irônica, o estado de coisas atual é muitas vezes apreendido como incontornável e incontrolável justamente por aqueles que teriam um papel fundamental na sua própria composição. Neste sentido, Ribeiro argumenta que

[n]ão basta culpar a conjuntura ou o predomínio mundial de políticas neoliberais ou, ainda, a hipoteca que a economia lançou sobre o mundo, reduzindo muito a liberdade dos atores políticos, isto é, tanto dos eleitos quanto de seus eleitores¹⁴. Pois o desafio atual para a política é justamente o de construir a liberdade contra a necessidade, e o discurso dominante, econômico, chamado geralmente de neoliberal por seus detratores, é em larga medida o da necessidade¹⁵.

Em seu *Medo líquido*, Zygmunt Bauman detecta neste tipo de leitura da realidade uma das principais características do medo nos dias de hoje, isto é, quando a própria ação humana no mundo passaria a ser tomada como um mal “inadministrável”¹⁶. Para compreender melhor tal argumento, entretanto, faz-se necessário esclarecer como este autor entende tanto o mal quanto o medo no presente. Em verdade, Bauman percebe-os como “irmãos siameses”¹⁷, “dois nomes de uma só experiência – um deles se referindo ao que se vê e ouve, o outro ao que se sente”¹⁸; uma experiência que atualmente despertaria o horror pela falta

¹³ FIGUEIRA, *ibid.*:22-3.

¹⁴ Nesta passagem, Ribeiro dá destaque aos “eleitos” e “eleitores” como atores políticos. Contudo, isto não significa que o autor reduza a política ao processo eleitoral. Pelo contrário, chama-nos a atenção justamente para o papel central que desempenham outros atores na renovação das práticas políticas, sejam os “movimentos sociais” (RIBEIRO, *ibid.*:28), sejam manifestações individuais de “indignação ética” (*ibid.*, loc. cit.).

¹⁵ *Id.*, *ibid.*:30-1.

¹⁶ BAUMAN, 2008:96.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*:74.

¹⁸ *Id.*, *ibid.*, loc. cit.

de um quadro intelectual que consiga dar conta de uma realidade específica que “se esquivava à investigação e resiste à articulação discursiva”¹⁹. Assim,

[a] pergunta “o que é o mal?” é irrespondível porque tendemos a chamar de “mal” precisamente o tipo de iniquidade que não podemos entender nem articular claramente, muito menos explicar sua presença de modo totalmente satisfatório. Chamamos esse tipo de iniquidade de “mal” pelo próprio fato de ser ininteligível, inefável e inexplicável. O “mal” é aquilo que desafia e explode essa inteligibilidade que torna o mundo suportável...²⁰

Antes da modernidade, segundo Bauman, o mal seria tido como um problema moral e, portanto, moralmente combatido através da virtude religiosa e expiado através do castigo. Havia até ali, desse modo, uma inteligibilidade subjacente à compreensão do mal como um derivado do pecado, uma vez que “[s]abemos o que é ‘pecado’ porque temos uma lista de mandamentos cuja violação torna os praticantes pecadores”²¹. Aqui, então, o mal imputado à humanidade é dotado de um significado e, daí, conforme o autor, de uma intenção²², seja a de uma vontade divina, seja a de uma “natureza disfarçada de Deus”²³.

Durante esse período pré-moderno, contudo, tonificou-se a contradição entre a suposta intervenção de um “Sujeito Divino benévolo e onipotente”²⁴ e uma realidade mundana que era representada mais e mais miserável por aqueles que a experimentavam. Filiando-se a estudos de Susan Neiman²⁵ e Jean-Pierre Dupuy²⁶, Bauman aponta o terremoto de Lisboa, em 1755, como um ponto de ruptura com a perspectiva até então predominante. Dali em diante, desencanta-se a natureza. O autor sugere que, em um ímpeto arrogante de busca por autonomia, os homens privaram o mundo externo de qualquer subjetividade, “numa espécie de punição pela ineficácia da obediência, da oração e da prática da virtude”²⁷:

No limiar da Era Moderna, o armistício milenar e a incômoda coabitação entre

¹⁹ Id., *ibid.*:75.

²⁰ Id., *ibid.*:74, grifo no original.

²¹ Id., *ibid.*, loc. cit.

²² Id., *ibid.*:79.

²³ Id., *ibid.*:111.

²⁴ Id., *ibid.*:112.

²⁵ Susan Neiman, *Evil in Modern Thought: An Alternative History of Philosophy*, Princeton University Press, 2002.

²⁶ Jean-Pierre Dupuy, *Petite métaphysique des tsunamis*, Seuil, 2005.

²⁷ Id., *ibid.*, loc. cit.

a natureza disfarçada de Deus e suas criaturas humanas foram rompidos, estabelecendo uma linha de frente entre natureza e humanidade. As duas modalidades eram vistas como quase incompatíveis. Para a humanidade, cada vez mais eloqüente e ambiciosa, guiada pela determinação e resolvida a forçar o mundo a servir a suas ambições, a natureza agora se opunha, tal como um objeto cartesiano se coloca diante de um sujeito pensante: inerte, desprovida de propósito, rebelde, insensível e indiferente às aspirações humanas.

É com a modernidade, então, que se deixa de perceber o mal globalmente como uma resultante do pecado, resultante a ser negociada com um Sujeito Divino, para que se passe a percebê-lo de maneira compartimentada. De um lado, haveria os males sociais ou morais, em princípio retificáveis, já que apreendidos como de criação exclusivamente humana e, portanto, dotados de motivações menos ou mais compreensíveis. De outro, os males naturais que, agora desprovidos de qualquer propósito ou intenção, são incompreensíveis ou, como precisa Bauman através de Kant, “não apenas desconhecido[s], mas *incognoscível[is]*”²⁸.

Ora, com uma natureza objetificada, toda a responsabilidade pela transformação do mundo em um lugar isento do mal passava a ser assumida pela humanidade, afinal, “[t]entar debater e barganhar com a natureza ‘desencantada’ na esperança de incorrer em suas graças evidentemente não fazia sentido”²⁹. Desse modo, os desastres naturais vivenciados pelos homens são esvaziados do simbolismo dogmático de outrora e passam a ser vistos como dados imprevisíveis e aleatórios, elementos incompreensíveis e sem qualquer significado invadindo o cotidiano das pessoas. Cabia regulá-los e dominá-los através de uma ciência e de uma técnica apenas temporariamente insuficientes para lidar com este mundo indócil, porém, não se duvidava, docilizável:

*As ameaças evidentemente não desapareceram e, privada de seu disfarce divino, a natureza desencantada não pareceu menos terrível, ameaçadora e aterrorizante do que antes; mas o que as preces não tinham conseguido alcançar, a *techne* (...), apoiada pela ciência, certamente conseguiria logo que acumulasse as habilidades de fazer coisas e a usasse para que as coisas fossem feitas*³⁰.

A originalidade do mal nos tempos “líquido-modernos”, segundo Bauman,

²⁸ Id., *ibid.*:75.

²⁹ Id., *ibid.*:112.

³⁰ Id., *ibid.*:113.

seria uma conseqüência da acentuação do pendor original da modernidade à burocratização racional inerente ao empreendimento humano de controle da natureza. Potencializou-se, assim, por um lado, uma tendência à diminuição da relevância dos critérios morais que permeiam a avaliação das possibilidades da ação humana – o que Bauman chama “adiaforia”³¹ – e, complementarmente, produziu-se agentes humanos individuais “expropriados da responsabilidade moral pelas conseqüências de seus feitos”³². A burocracia, assim, “exigia conformidade à norma, não a avaliação moral”³³, consistindo num “dispositivo a serviço da tarefa da mecanização da ética”³⁴. O que decorre daí, arremata Bauman, é uma “defasagem moral”³⁵, quer dizer, os motivos e os objetivos da ação humana só adquirem sentido “*ex post facto*”³⁶:

*Os motivos da ação só tendem a ser claramente visualizados como reflexões posteriores, freqüentemente na forma de uma desculpa retrospectiva ou de um argumento em favor de circunstâncias atenuantes, enquanto as ações que empreendemos, embora às vezes inspiradas por insights e impulsos morais, são mais comumente estimuladas pelos recursos de que dispomos. Como o spiritus movens de nossas ações, a causa substituiu a intenção*³⁷.

Desse modo, a aleatoriedade e a imprevisibilidade, que durante toda a modernidade caracterizaram apenas os males naturais, passariam agora a ser uma propriedade também dos males sociais. Hoje, então, sugere Bauman, os males naturais e sociais se reencontrariam e se refundiriam. Não é o caso, contudo, de percebê-los novamente como teriam sido apreendidos até começar a Era Moderna, ou seja, ambos embebidos numa visada dogmática, onde tudo teria o seu lugar e nada ficaria sem explicação, mas, ao contrário, como uma lacuna cada vez maior de significados e intenções, um alargamento, enfim, do campo do incognoscível. Alinhando-se a Dupuy, Bauman conclui que

[t]udo isso (...) acontece como se a tecnologia feita pelo homem, adquirindo ainda mais independência e impulso de autopropulsão a cada passo que dá, estivesse se transformando numa força inumana destinada a tirar dos inventores

³¹ Id., *ibid.*:114.

³² Id., *ibid.*:115.

³³ Id., *ibid.*, loc. cit., grifos no original.

³⁴ Id., *ibid.*, loc. cit., grifo no original.

³⁵ Id., *ibid.*:120.

³⁶ Id., *ibid.*:121.

³⁷ Id., *ibid.*:120, grifos no original.

*humanos o fardo da liberdade e da autonomia...*³⁸

O autor continua argumentando que esta dinâmica se expandiria até as próprias relações pessoais, precarizadas pelo que chama “crise de confiança”³⁹. Uma vez que se passa a compreender o mal como ubíquo e que qualquer um poderia estar “a seu serviço”⁴⁰, os vínculos humanos seriam transformados “em territórios de fronteira em que é preciso travar, dia após dia, intermináveis conflitos de reconhecimento”⁴¹. O resultado disso, diz Bauman, é um aumento generalizado da ansiedade:

*Com a diluição das normas reguladoras dos deveres e obrigações mútuos, sem que estas ostentem uma expectativa de vida confortavelmente prolongada, há poucas constantes, se é que há alguma, nas equações que se tenta diariamente resolver. Fazer cálculos se parece mais com solucionar um quebra-cabeça com poucas pistas, todas elas dispersas, ambíguas e inconfiáveis. De modo geral, as relações humanas não são mais espaços de certeza, tranqüilidade e conforto espiritual. Em vez disso, transformaram-se numa fonte prolífica de ansiedade*⁴².

Levando-se em consideração este quadro abrangente esboçado através da obra de Bauman, talvez seja possível argumentar que as “verdades” apresentadas por SUPER ao seu leitor potencializariam a atenuação deste contexto mais amplo de insegurança e ansiedade, o que, no dizer do autor, tornaria o mundo um lugar mais “suportável”. Se, conforme sugere Bauman, a tendência moderna à liberdade e à autonomia chega a ser interpretada como um “fardo”⁴³ atualmente, um pouco de “verdade”, de necessidade portanto, poderia ser encarado como um contrapeso até bem-vindo.

O conteúdo analisado de SUPER, neste sentido, parece se enquadrar no fenômeno que Lipovetsky chama “consumo ansioso” ou “desconfiado”. Para melhor entendê-lo, contudo, é preciso compreender a perspectiva deste autor para o consumo ou, mais precisamente, o hiperconsumo.

³⁸ Id., *ibid.*:118, grifos no original.

³⁹ Id., *ibid.*:91.

⁴⁰ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁴¹ Id., *ibid.*:93.

⁴² Id., *ibid.*, loc. cit.

⁴³ Apesar do tom, digamos, catastrofista de Bauman, a sua leitura da liberdade como um fardo não chega a ser absolutamente inconsistente. Para o caso específico dos jovens em estudo, por exemplo, Maria Rita Kehl nos diz que “[o]s filhos das gerações rebeldes dos anos 1970 herdaram os direitos e as liberdades conquistados por seus pais. Mais ainda: herdaram de seus pais o imperativo de desfrutar a vida, o dever da felicidade e a obrigação da liberdade” (KEHL, *ibid.*:107).

Segundo Lipovetsky, o capitalismo de consumo poderia ser dividido em três ciclos ou fases. A primeira delas se iniciaria por volta dos anos 1880, terminando com a Segunda Guerra Mundial. Durante este período, com a progressiva substituição dos pequenos mercados locais pelos grandes mercados nacionais através das modernas infra-estruturas de comunicação e de transporte, além da “construção cultural e social que requereu a ‘educação’ dos consumidores ao mesmo tempo que o espírito visionário de empreendedores criativos”⁴⁴, iniciava-se uma tendência que se acentuaria até os dias de hoje, a “democratização do acesso aos bens mercantis”⁴⁵ – especialmente aos bens duráveis –, isto é, uma tendência que consistia em “pôr os produtos ao alcance das massas”⁴⁶.

Se esta democratização é limitada no que Lipovetsky chama “fase I” do capitalismo de consumo, na “fase II”, a partir dos anos 1950, intensifica-se este processo, “pondo[-se] à disposição de todos, ou de quase todos, os produtos emblemáticos da sociedade de afluência: automóvel, televisão, aparelhos eletrodomésticos”⁴⁷. No entanto, os desdobramentos simbólicos desta nova fase talvez tenham sido mais importantes que a oferta material ampliada tomada em si mesma⁴⁸:

*Pela primeira vez, as massas têm acesso a uma demanda material mais psicologizada e mais individualizada, a um modo de vida (bens duráveis, lazeres, férias, moda) antigamente associado às elites sociais*⁴⁹.

São a hipertrofia desta psicologização e desta individualização do consumo que, a partir do final dos anos 1970, caracterizam a “fase III” do capitalismo de consumo, o hiperconsumo. Conforme Lipovetsky, o “gosto pela mudança incessante no consumo já não tem limite social, difundiu-se em todas as camadas e em todas as categorias de idade”⁵⁰. Se na “fase II” esta significação

⁴⁴ LIPOVETSKY, *ibid.*:28.

⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, loc. cit.

⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, loc. cit.

⁴⁷ *Id.*, *ibid.*:32.

⁴⁸ Seria preciso relativizar o alcance das considerações de Lipovetsky para o caso brasileiro. Se, de fato, presenciamos aqui, durante a década de 1950, uma ampliação do horizonte de consumo das camadas médias, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, seria imprudente estender estas transformações a “todos, ou quase todos”. Parece lícito insinuar, contudo, que o apelo simbólico destas modificações teria um alcance mais amplo que os próprios bens e serviços introduzidos no mercado nacional à época.

⁴⁹ *Id.*, *ibid.*:33.

⁵⁰ *Id.*, *ibid.*:43-4.

mais idiossincrática das compras era devida, em boa parte, à conformação do indivíduo a uma identidade grupal, ou seja, à manutenção de sua “posição social”, o hiperconsumo vai além, sem negar completamente este último aspecto, caracterizando-se justamente por privilegiar uma lógica aquisitiva “desinstitucionalizada, subjetiva, emocional”⁵¹:

*Queremos objetos “para viver”, mais que objetos para exhibir, compramos menos isto ou aquilo para nos pavonear, alardear uma posição social, que com vista a satisfações emocionais e corporais, sensoriais e estéticas, relacionais e sanitárias, lúdicas e distrativas. Os bens mercantis funcionavam tendencialmente como símbolos de status, agora eles aparecem cada vez mais como serviços à pessoa*⁵².

É dentro desta relação emocional com as mercadorias, em que o “essencial se dá de si para si”⁵³, em que o indivíduo se beneficiará de uma “imagem positiva de si para si”⁵⁴ – e não tanto de si para o outro –, é aí que Lipovetsky identifica duas lógicas antagônicas a orientar o consumo nos dias de hoje:

*(...) a fase III funciona segundo duas lógicas contrárias, desenvolvendo-se o consumo lúdico paralelamente ao consumo ansioso ou desconfiado (qualidade do produto, perigo das mercadorias, dos organismos geneticamente modificados)*⁵⁵.

O consumo lúdico é uma vertente do hiperconsumo que sublinha tanto o “ideal social hedonista quanto [as] aspirações subjetivas de prazer”⁵⁶ nas sociedades capitalistas contemporâneas. No entanto, diz Lipovetsky, seria impreciso inferir que o consumo aí consista num mero efeito indireto da satisfação das necessidades e dos desejos individuais. Neste sentido, o consumo seria dotado de uma positividade própria, já que “se ele é uma forma de consolo, funciona também como um agente de experiências emocionais que valem por si mesmas”⁵⁷.

Assim, não se trata tanto de consumir, de *hiperconsumir* levando-se adiante o que poderíamos chamar “desbunde”; pelo contrário, trata-se de buscar a “felicidade das ‘pequenas aventuras’ previamente estipuladas, sem risco nem

⁵¹ Id., *ibid.*:41.

⁵² Id., *ibid.*:41-2.

⁵³ Id., *ibid.*:45.

⁵⁴ Id., *ibid.*:47.

⁵⁵ Id., *ibid.*:374, nota 14.

⁵⁶ Id., *ibid.*:61.

⁵⁷ Id., *ibid.*, loc. cit.

inconveniente”⁵⁸. Buscam-se atividades que possibilitem ao hiperconsumidor reapropriar-se de “seus próprios prazeres”⁵⁹, fruindo experiências de cunho mais pessoal, que respeitem o seu próprio tempo, poderíamos acrescentar, atividades que “tenham mais a sua cara”. Não ocorreria, desse modo,

*[n]enhuma perda das referências e confusão do real e da ilusão: simplesmente o encantamento que (...) integralmente “estruturado” pelo imaginário, elimina as coerções do real tão-somente no tempo do consumo*⁶⁰.

Se a noção de consumo lúdico pode ser interpretada como representante da face divertida, do lado “*fun*”⁶¹ da individualização das relações com as mercadorias, a de consumo ansioso ou desconfiado pode ser lida como símbolo das incertezas que surgiriam, precisamente, da libertação dos atos de compra daquelas conformidades grupais por detrás do comprometimento com uma posição social. É assim que Lipovetsky compreende, por exemplo, o que chama “fetichismo das marcas”⁶². Por um lado, reconhece o autor, o recurso aos produtos que ostentam marcas tidas como superiores está relacionado a um “prazer narcísico de [se] sentir uma distância em relação à maioria”⁶³. Por outro, uma vez que cada consumidor acabaria por se considerar e ser considerado um farol de gosto, deixa-se de saber com a nitidez de outrora onde exatamente está o “bom gosto”. E, como se pode notar a partir do argumento de Lipovetsky, não se trata apenas de uma questão de moda:

*(...) quando as normas de “bom gosto” se confundem, a marca permite tranquilizar o comprador; quando se multiplicam os medos alimentares, são privilegiados os produtos com o selo “biodinâmico”, as marcas cuja imagem é associada ao natural e ao “autêntico”. É sobre um fundo de desorientação e de ansiedade crescente do hiperconsumidor que se destaca o sucesso das marcas*⁶⁴.

Entre uma e outra leitura para o hiperconsumo, Lipovetsky não abre mão de nenhuma, mas tende a dar destaque analítico à ansiedade frente ao hedonismo, ainda que os dois pareçam andar sempre de mãos juntas. O autor chega mesmo a

⁵⁸ Id., *ibid.*:63.

⁵⁹ Id., *ibid.*:65.

⁶⁰ Id., *ibid.*:64.

⁶¹ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁶² Id., *ibid.*:47.

⁶³ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁶⁴ Id., *ibid.*:50.

criticar os analistas que interpretam a aquisição de bens e serviços hoje através de um prisma exclusivamente lúdico:

(...) o que é que, em nossos dias, não está cercado de ameaças, de incertezas e de riscos? (...) quase tudo é suscetível de alimentar os sentimentos de inquietação. Enquanto não se crê mais em um futuro necessariamente melhor que o presente, elevam-se novos medos ligados ao presente e ao futuro. Quanto mais a felicidade hedonista é exibida, mais é acompanhada por “temores e tremores”: o que se propaga é menos o carpe diem do que o sentimento de insegurança. Na verdade, o culto do instante não está à nossa frente: ele regride⁶⁵.

Nestes termos, SUPER, além de uma fonte de “verdades”, pode ser interpretada como um selo de qualidade, uma marca indexando a qualidade e a confiabilidade das informações ali divulgadas, o que permitiria ao leitor da revista, nas palavras de Lipovetsky, ser tomado de um “sentimento íntimo de ser uma ‘pessoa de qualidade’”⁶⁶.

De modo semelhante, mas de forma alguma idêntico ao de Bauman, Lipovetsky, filiando-se a Eugen Fink⁶⁷, admite que a liberdade individual conquistada durante a modernidade poderia ser encarada também como um encargo por sujeitos cada vez mais autônomos:

Como quer que seja, é quando os homens se tornam de ponta a ponta responsáveis por seu mundo que eles têm cada vez mais prazer, paradoxalmente, em “bançar a criança”. (...) Se o cosmo da racionalidade instrumental é testemunha de um impulso de “busca de sentido”, ele o é mais ainda da necessidade crescente de esquecer o sentido, de evadir-se da vida corrente em atividades insignificantes e gratuitas que “nos liberam da obra da liberdade, nos devolvem uma irresponsabilidade que vivemos com prazer”⁶⁸.

Dessa maneira, a representação de ciência contida nas reportagens de capa de SUPER pode ser interpretada a partir deste contexto de liberdade e autonomia individuais extremos, por um lado, e medo, insegurança e ansiedade generalizados, por outro. Bauman e Lipovetsky, cada um a seu modo, estabelecem

⁶⁵ Id., *ibid.*:237-8.

⁶⁶ Id., *ibid.*:48. No editorial do mês de março de 2007, por exemplo, esta distinção, caracterizada pelo conhecimento prévio de uma realidade geralmente interpretada como desconhecida, fica clara: “Ciência da boa (...) é a que foi feita nas últimas décadas para construir o consenso que deu origem ao relatório recém-divulgado sobre o aquecimento global. Finalmente o mundo começou a se preparar para resolver o problema. O relatório deixou a imprensa toda histérica. Se você lê a SUPER, já sabia de tudo antes, e talvez tenha estranhado o barulho repentino” (SUPERINTERESSANTE, ed. 237:12).

⁶⁷ Eugen Fink, *Le jeu comme symbole Du monde*, Paris, Minuit, 1966.

⁶⁸ Id., *ibid.*:74.

uma espécie de relação de afinidade entre a incerteza e o hedonismo, o que acentuaria, ao menos teoricamente, aquela coloração mais “conservadora” dos jovens de hoje. Bauman, da sua parte, interpreta a vida, a “vida inteira”⁶⁹ mais precisamente, a partir desta perspectiva onde predominaria o temor ante perigos reais ou supostos, o que potencializaria algo como uma conformação assustada e um tanto inconseqüente ao aqui e ao agora:

Pode-se percebê-la melhor [a vida inteira] como uma busca contínua e uma perpétua checagem de estratégias e expedientes que nos permitem afastar, mesmo que temporariamente, a iminência dos perigos – ou, melhor ainda, deslocar a preocupação com eles para o incinerador lateral onde possam, ao que se espera, fenecer ou permanecer esquecidos durante a nossa duração. A inventividade humana não conhece fronteiras. Há uma plenitude de estratégias. Quanto mais exuberantes são, mais ineficazes e conclusivos os seus resultados. Embora, apesar de todas as diferenças que os separam, eles tenham um preceito comum: burlar o tempo e derrotá-lo no seu próprio campo. Retardar a frustração, não a satisfação⁷⁰.

E, diferentemente de Lipovetsky, retoma o argumento do *carpe diem*:

O futuro é nebuloso? Mais uma razão para não deixar que ele o assombre. Perigos imprevisíveis? Mais uma razão para deixá-los de lado. Até agora, tudo bem; poderia ser pior. Deixe ficar desse jeito. (...) por que se preocupar agora?! Melhor seguir aquela receita muito antiga: carpe diem⁷¹.

Se Bauman parece desenhar um quadro que poderíamos classificar como paranóico, Lipovetsky o faz originalmente hipocondríaco e saudável. Constatando um mundo onde “todas as esferas da vida cotidiana nos confrontam com o imperativo do desempenho”⁷², o autor se indaga qual seria a preocupação central a orientar as escolhas aquisitivas do hiperconsumidor, se “superar-se ou sentir-se bem”⁷³, o que traduziria, talvez sem grande imprecisão, aquela bifurcação que se apresenta ao jovem hoje conforme Ribeiro, se a revolução ou a integração. Lipovetsky, mais uma vez, não pretere nenhuma das duas orientações à outra, mas enfatiza a valorização da manutenção do bem-estar: “daqui em diante o sentimento do perigo e do risco é onipresente, tudo, no limite, podendo ser

⁶⁹ BAUMAN, *ibid.*:15.

⁷⁰ *Id.*, *ibid.*:15-6, grifos no original.

⁷¹ *Id.*, *ibid.*:16.

⁷² LIPOVETSKY, *ibid.*:279.

⁷³ *Id.*, *ibid.*, loc. cit.

percebido como ameaçador e exigindo vigilância”⁷⁴. Isto ficaria mais evidente ao se observar a crescente medicalização da existência, que, de fato, estaria vinculada a uma potencialização de si, à lapidação de um “eu de alto desempenho”⁷⁵, mas que, de acordo com o autor, decorreria muito mais de uma vigilância preventiva para a manutenção de si:

*A sociedade de hiperconsumo é circunstancialmente dopante, mas estruturalmente obcecada pelos cuidados de prevenção e de “manutenção sanitária”. (...) Na realidade, trata-se de uma paixão diferente [diferente do ideal de superação de si] que invade os espíritos e insinua-se progressivamente em todos os setores da vida cotidiana: não é senão a manutenção de si, a preservação da saúde. Mais do que o Super-Homem, Higéia, a deusa da saúde, é que é venerada pelo indivíduo dos tempos hipermodernos em via de se transformar em hipocondríaco saudável*⁷⁶.

E, ainda segundo Lipovetsky, quando a prevenção subjacente a esta hipocondria se revela insuficiente para esquivar-se do sofrimento – do mal, poderíamos arriscar –, também se recorre a intervenções químicas para combatê-lo, uma vez que não se dispõe mais de um quadro intelectual como o que Bauman, por exemplo, aponta para a pré-modernidade. Privilegia-se, portanto, o bem-estar frente à autonomia individual, mesmo que “tão-somente no tempo do consumo”, como já vimos acima. Delineia-se um paradoxo: o recurso às terapias psicofarmacológicas revela uma soberania individual hipertrofiada justamente por se fundar num desejo de suspensão, ainda que momentânea, das preocupações e angústias derivadas da crescente liberação do eu dos requisitos necessários para preencher devidamente uma “posição social”. Aqui, diz Lipovetsky, o sujeito, buscando controle pormenorizado sobre o seu corpo e seus sentimentos, escolhe renunciar a todo esforço pessoal entregando-se “à onipotência dos produtos químicos que agem sobre ele, sem ele”⁷⁷. Seria tanta a liberdade, é possível argumentar, que se opta por consumir necessidade:

Na fase III, o hiperconsumidor tem cada vez menos meios simbólicos para dar um sentido às dificuldades que encontra na vida: num tempo em que o sofrimento

⁷⁴ Id., *ibid.*:55.

⁷⁵ Id., *ibid.*:280.

⁷⁶ Id., *ibid.*:287-8, grifos no original.

⁷⁷ Id., *ibid.*:56. Kehl desenvolve argumento semelhante ao se debruçar sobre a relação entre o jovem e as drogas: “A droga encarna o objeto do gozo, um objeto real, do qual se pode tomar posse, que se pode introduzir no corpo abolindo momentaneamente toda a falta e instaurando em pouco tempo o imperativo da necessidade em lugar das moções do desejo” (KEHL, *ibid.*:100).

*não tem mais o sentido de uma provação a ser superada, generaliza-se a exigência de apagar o mais depressa possível, quimicamente, os transtornos que nos afligem e que aparecem como uma simples disfunção, uma anomalia tanto mais insuportável quanto se impõe o bem-estar como ideal de vida preeminente*⁷⁸.

É nesta paisagem mais ampla de medo e valorização do bem-estar que compreendemos um discurso como o das reportagens de capa analisadas à SUPER, um discurso que, tentamos argumentar, seria dotado de algumas características que nos possibilitariam classificá-lo como tendencialmente mítico; referimo-nos especialmente àquele pendor da publicação em fundamentar a sua narrativa num “mistério” sendo resolvido numa “verdade”. No âmbito limitado deste trabalho, contudo, seria leviano pronunciarmo-nos sobre como os próprios jovens representam este discurso. Não realizamos entrevistas com eles, não buscamos o seu discurso de “primeira mão”.

Diferentemente do primeiro capítulo, em que categorias presentes no quotidiano familiar orientaram a análise ali empreendida – categorias como “crise de autoridade” e “falta de limites” –, não dispúnhamos agora de nenhum dado empírico coletado junto a estes jovens. Se tentássemos deduzi-los, muito provavelmente incorreríamos num equívoco semelhante ao que Roberto DaMatta detecta na antropologia evolucionista, a saber, “imaginar o mundo ‘como se eu fosse um cavalo’”⁷⁹, ou seja, “reduzir todo o jogo dos fatos sociais a uma lógica psicologizante”⁸⁰. Durante esta dissertação, então, limitamo-nos apenas a “cercar” o jovem das camadas médias urbanas brasileiras, seja através de uma análise mais teórica das relações entre as gerações no seio da família, seja através da interpretação etnográfica de uma representação de ciência presente em um de seus itens de consumo.

4.1. Percursos e hipóteses investigativas para trabalhos posteriores

A partir do trabalho realizado, entretanto, podemos sugerir alguns percursos e levantar algumas hipóteses investigativas a respeito deste jovem e,

⁷⁸ Id., *ibid.*:289.

⁷⁹ DAMATTA, 1987:94.

⁸⁰ Id., *ibid.*, *loc. cit.*

mais especificamente, da relação dele com uma revista de divulgação científica como SUPER, ou seja, questões que podem ser retomadas em outro momento ou, ainda, por outros pesquisadores a quem interesse o tema.

Retomando a distinção sugerida por Jurandir Freire Costa⁸¹, talvez fosse possível sugerir que, se o jovem leitor *compra* SUPER, ele *lhe consome* o conteúdo. As reportagens, neste sentido, poderiam vir a ser interpretadas como “pílulas de sabedoria”, como “cápsulas de conhecimento”. Comprimido numa dezena de páginas, o “mistério” efervesceria em “verdade” durante a leitura, ilustrando, iluminando e, por fim, imunizando. Diminuiriam, assim, a incerteza e a insegurança de uma realidade apreendida, cada vez mais cedo, como imprevisível, como um risco a ser controlado.

Desse modo, a informação introjetada poderia ser percebida como útil, servindo a quem passa a dominá-la. A partir daí, o jovem talvez pudesse esquadrihar e calibrar a própria vida, ajustando-se a ela, ajustando-se e potencializando, assim, seu próprio bem-estar no mundo. Teria SUPER um papel tão significativo no dia-a-dia de seus leitores? Não chega a ser uma improbabilidade. É difícil, afinal, precisar as contra-indicações da informação numa sociedade considerada informacional. Parece não haver *overdose* e talvez seja esse precisamente o caso, uma vez que hoje, aparentemente, não se sabe demais. Como diz Lipovetsky ao considerar a medicalização da existência:

*(...) não se consomem mais apenas medicamentos, mas também transmissões, artigos de imprensa para o grande público, páginas da Web, obras de divulgação, guias e enciclopédias médicas*⁸².

Seria necessário um maior cuidado em traçar uma analogia com o discurso biomédico, mas, pelo menos em caráter preliminar, pode-se tentá-lo e argumentar que, numa espécie de terapêutica preventiva e, portanto, defensiva, o jovem se receitaria algo como um coquetel de conhecimento que *lhe* amplificaria a capacidade de estimar, de prever acidentes. Desse modo, as tragédias e os golpes do destino seriam cercados. Nesta hipótese, o jovem, em nome da própria liberdade, tenderia a inibir o trágico, sufocar as virtualidades do acaso, construindo para si uma redoma protetora de necessidade.

⁸¹ Cf. *supra* pp.37-39.

⁸² LIPOVETSKY, *ibid.*:53.

Para ir adiante nesta análise, seria possível lançar mão da noção dialética de informação tal como apresentada por Pierre Lévy em *O que é o virtual?* (1996):

*Segundo a teoria matemática da comunicação, uma informação é um acontecimento que provoca uma redução de incerteza acerca de um ambiente dado. (...) Intuitivamente, sentimos claramente que a informação está ligada a uma probabilidade subjetiva de ocorrência ou de aparecimento: um fato inteiramente previsível nada nos ensina, enquanto um acontecimento surpreendente nos traz realmente uma informação*⁸³.

Curiosamente, a perspectiva de Lévy permite especular que o imprevisível interessa – ou “superinteressa” – na medida em que ele próprio reduz a imprevisibilidade de uma realidade. Aqui talvez resida uma premissa teórica produtora para se debruçar sobre o próprio estilo de exposição de SUPER. Segundo Lévy, a informação não é material nem imaterial, não é nem uma maçã nem uma alma imortal. Desse modo, ela *acontece*, não sendo um dado mensurável, uma “coisa”, mas um fato incomensurável. O acontecimento, ou seja, a informação é virtual, atualizando-se distintamente em contextos distintos. Mais precisamente, conforme Lévy, aquilo que acontece assenta numa dinâmica entre atualização e virtualização. Se uma informação é a solução específica de um determinado aqui e de um determinado agora – uma atualização –, ela também suscita uma nova problemática imediatamente – uma virtualização. Assim, “acontecimentos e informações sobre os acontecimentos trocam suas identidades e suas funções a cada etapa da dialética dos processos significantes”⁸⁴.

A informação em Lévy seria um processo sempre em aberto, sem marcos definidos, inicial ou final. Ainda de acordo com o autor, o consumo da informação não a destrói e, além disso, não se poderia possuí-la com exclusividade, uma vez que ela é virtual, desatrelada da experiência imediata. A atualização de uma informação, portanto, não a desgasta, tratando-se, em verdade, de uma produção criativa que, se soluciona, se dá sentido, carrega em si mesma um problema, a virtualização de uma realidade:

Quando utilizo a informação, ou seja, quando a interpreto, ligo-a a outras informações para fazer sentido ou, quando me sirvo dela para tomar uma

⁸³ LÉVY, 1996:57.

⁸⁴ Id., *ibid.*:58.

*decisão, atualizo-a. Efeito portanto um ato criativo, produtivo. (...) Toda aplicação efetiva de um saber é uma resolução inventiva de um problema, uma pequena criação*⁸⁵.

A partir dessas considerações, poderíamos perguntar se o leitor sustenta subjetivamente esta dialética entre o virtual e o atual, entre problema e solução, ao ler uma narrativa como a de SUPER; se, solucionado o “mistério”, vira-se a página em busca da próxima “verdade”, numa lógica de acumulação de certezas. É como se SUPER fornecesse “verdades”, suprimindo a demanda do comprador por um conhecimento seguro. A analogia com as substâncias pode ter também algum valor heurístico aqui. Como vimos com Almeida e Eugenio, o jovem as consome com pormenor médico. Assim, se o *ecstasy*, por exemplo, é disponibilizado em comprimidos mais ou menos iguais para o seu universo anônimo de consumidores, cada um destes teria a sua dose pessoal.

Nestes termos, as reportagens de SUPER poderiam ser vistas como vacinas através das quais o jovem se inocularia um vírus abrandado de imprevisível. Ao atualizar as reportagens na medida em que as lê, ele mesmo produziria o anticorpo do aprendizado, criando o sentido que quisesse a partir daquela “verdade” massificada. O leitor, assim, se atualizaria, ficando *up-to-date* frente ao mundo através de um *upgrade* de si mesmo. Aqui, a categoria de “consumo criativo” proposta por Lipovetsky aponta um caminho investigativo aparentemente frutífero:

*(...) todas as vezes estes [os produtos padronizados] são reinterpretados, dispostos em novas composições que exprimem uma identidade individual (...). Revelo, ao menos parcialmente, quem eu sou, como indivíduo singular, pelo que compro, pelos objetos que povoam meu universo pessoal e familiar, pelos signos que combino “à minha maneira”*⁸⁶.

A “verdade”, assim, poderia ser vista como uma invariante a entrar numa equação infestada de variáveis. Neste contexto específico, poderíamos propor que a informação se “digitalizaria”, o digital adquirindo aí dois significados. Por um lado, a informação se tornaria pessoal e intransferível, ou seja, a “verdade” adquiriria um caráter idiossincrático, vinculando-se a uma subjetividade. Por outro, ela se fundaria numa espécie de código binário linear e sem retorno, onde

⁸⁵ Id., *ibid.*:58-9.

⁸⁶ LIPOVETSKY, *ibid.*:44.

os “zeros”, os “mistérios”, as lacunas de inteligibilidade são substituídas por tantos “uns”, tantas “verdades” quanto possível. A informação se individualizaria e o indivíduo se individualizaria ainda mais, anabolizando-se de “verdade”. Seria interessante indagar se, para este jovem, a partir da leitura de reportagens de divulgação científica, a realidade se tornaria cada vez mais lógica e dócil e a vida, assim, mais doce.

Em termos menos metafóricos, pode-se sugerir que o leitor experimentaria discretas surpresas, numa atmosfera segura e controlada, ainda segundo Almeida e Eugenio, uma atmosfera asséptica – a cama de seu quarto, a poltrona da sala, o sanitário etc. Interrogativas ou exclamativas, as pequenas interjeições mudas da leitura seriam compensadas, justamente porque possibilitariam um exame mais preciso e mais vantajoso do mundo.

Seria necessário procurar saber junto ao leitor se SUPER, de fato, lhe ofereceria uma série de símbolos que lhe possibilitariam ordenar, ele mesmo, uma existência mais coerente; se, ao ler a revista, ele próprio diminuiria o grau de entropia da sua realidade, como que “xamanizando-se”, “bricológizando-se”. Assim, consumir SUPER também seria uma questão de formação ou *autoformação* identitária, visto que “na corrida às coisas e aos lazeres”, argumenta Lipovetsky, “esforça-se mais ou menos conscientemente em dar uma resposta tangível, ainda que superficial, à eterna pergunta: quem sou eu?”⁸⁷.

Finalmente, retomando aquelas expressões de que lançamos mão no primeiro capítulo (“crise de autoridade” e “falta de limites”), poderíamos nos fiar em Lévi-Strauss mais uma vez e sugerir que, para um jovem como esse, um mundo em crise, um mundo sem limites seria “sede de sensações inefáveis e dolorosas”⁸⁸. Não tanto porque se trata de uma realidade permeada de intolerância, preconceito e violência, que, de fato, poderiam atingi-lo diretamente, mas porque, como vimos, a própria realidade não lhe ofereceria mais os mitos que oferecia outrora. Desse modo, parece-nos produtivo indagar se, ao ler SUPER, ao se informar portanto, o leitor “supersignificaria”, dando forma e sentido ou *mais* forma e *mais* sentido a uma realidade que, ao que tudo indica, apresenta-se-lhe mais e mais fragmentária. No dizer de Lévi-Strauss:

⁸⁷ LIPOVETSKY, *ibid.*:45.

⁸⁸ LÉVI-STRAUSS, 1973a:225.

Diversamente da explicação científica, não se trata, pois, de ligar estados confusos e inorganizados, emoções ou representações a uma causa objetiva, mas de articulá-los sob forma de totalidade ou sistema; o sistema valendo precisamente na medida em que permite a precipitação, ou a coalescência, desses estados difusos (penosos também, em razão de sua descontinuidade) (...)⁸⁹.

⁸⁹ Id., ibid.:211.